

RELATOS DE UMA ALFABETIZADORA: EXPERIÊNCIAS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Michel Francisco Lins*

lattes.cnpq.br/8898820725058215

Rosane Toebe Zen**

lattes.cnpq.br/1227803375560894

Resumo: O presente estudo teve por objetivo relatar a História da Educação do Oeste do Paraná contada pela voz de quem viveu esse momento histórico. A alfabetizadora em questão Maria de Lourdes professora leiga de carreira, a qual, sem nunca haver chegado à posição de um professor formado, dedicou quase toda a sua vida ao magistério, está conviveu muitos anos na realidade rural entendendo da vivência das comunidades de colonos proporcionando a esse uma maior “facilidade” no cuidado e no trabalho pedagógico com seus alunos principalmente por se tratar de salas multiseriadas. A releitura dos acontecimentos históricos forma feitos a partir de entrevista gravada dando assim credibilidade a narrativa histórica. Apresentaremos uma outra parte da história aquela vivenciada pelo sujeito e contada a partir de suas experiências no campo educacional da alfabetização. Muito se tem questionado acerca de qual seria a forma mais adequada de ensinar a ler e a escrever, no entanto, a professora soube muito bem desenvolver em sua profissão sem tais pesquisas, baseando-se apenas em sua experiência como professora alfabetizadora, o que nos induz a refletir sobre as ações e teorias que norteiam o processo de ensino alfabetizador.

Palavras-chave: Alfabetizadora; Leiga; Sala multisseriada.

REPORTS OF A LITERACY: EXPERIENCES THAT HISTORY DOES NOT TELL

Abstract: This study aimed to report the History of Education in Western Paraná, told by the voice of those who lived this historic moment. The literacy teacher in

* Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil). Contato: mixelzera@hotmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (Brasil). Contato: rtoebe@gmail.com.

question Maria de Lourdes, a lay career teacher, who, without ever having reached the position of a trained teacher, dedicated almost her entire life to teaching, has lived for many years in rural reality, understanding the experience of settler communities by providing to this, a greater “ease” in the care and pedagogical work with its students, mainly because they are multiseries rooms. The reinterpretation of historical events was made from a recorded interview thus giving credibility to the historical narrative. We will present another part of the story that experienced by the subject and told from his experiences in the educational field of literacy. Much has been questioned about what would be the most appropriate way to teach reading and writing, however, the teacher knew how to develop in her profession without such research, based only on her literacy teacher, which induces us to reflect on the actions and theories that guide the literacy teaching process.

Keywords: Literacy teacher; Laywoman; Multiseriate room.

* * *

Introdução

Nascida em 25 de setembro de 1944, no município de Primeiro de Maio, norte do Paraná, a Alfabetizadora Maria de Lourdes instalou-se com sua família na década de 1960 em Cascavel. Matriculou-se no curso do ‘Normal Regional’, oferecido à época.

Em 1998, então com 53 anos, fez vestibular na UNIOESTE para o curso de Pedagogia na primeira turma do Noturno sendo aprovada em primeira chamada. Formando-se pedagoga em 2002 pela instituição. Por sua atuação, o trabalho pedagógico da Alfabetizadora foi tema de pesquisa de doutorado de pós-graduação da Unicamp (Universidade de Campinas) tornou-se uma das professoras ‘sujeito-pesquisa’ do Programa de Mestrado em História da Educação da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

A professora do presente estudo é caracterizada segundo Brandão 1986, como professora leiga de carreira, a qual, sem nunca haver chegado à posição de um professor formado, dedicou quase toda a sua vida ao magistério. O não possuir de formação escolar suficiente e ou nenhuma formação profissional, a não ser a da própria experiência, na qual a alfabetizadora por meio da observação de sua primeira professora alfabetizadora e por intermédio de seu pai que verbalizou “*ensine igual a sua professora*”, não impediu que Maria de Lourdes alfabetizasse seus alunos com eficiência e qualidade, onde respeitando as especificidades de cada um, não ultrapassando ou pulando etapas do desenvolvimento mesmo sem o “devido conhecimento técnico”.

O professor leigo é considerado um liminar estabelecido que Brandão 1986, reconhece como um professor oficial ou titular o qual é incluído na folha de pagamento de inúmeras Secretarias de Educação de estados do país, porém ele não faz, no entanto, parte de seu quadro legítimo e não se inclui, portanto, em uma suposta carreira de magistério.

Para o presente estudo se apoiou em relatos e uma entrevista previamente realizada com a alfabetizadora, considerando que uma

entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida (PORTELLI p.9 1997).

A professora então não deve ser vista aqui apenas como uma técnica em questões de ensino, mas como pessoa em processo de construir mudanças em sua identidade e na identidade do outro, no “sentido de si”.

As histórias contadas por seus personagens apresentam diferentes visões, já que são observadas de diferentes pontos, a escrita e

a linguagem oral então se engendra no interior de outros discursos, da pessoa e de outros autores que do relato ou do acontecimento participaram. Ao escrever ou contar sobre um fato da vida pessoal com repercussão social, o sujeito assume um papel, portanto, algo singular e plural ao interagir com outros participantes da história. Relatar um fato histórico e dar voz ao sujeito no qual a escrita documental esqueceu, possibilita ao sujeito sair de si, perceber-se e produzir uma razão nova, subvertendo o já dito e escrito. O que aqui será apresentado como uma outra parte da história aquela vivenciada pelo sujeito e contada a partir de suas experiências no campo educacional da alfabetização.

Para tanto o desenvolvimento profissional de um professor perpassa por uma complexidade de acontecimentos técnicos e pessoais os quais são tecidos conforme o educador se posiciona em relação às múltiplas e, por vezes, contraditórias situações, “sendo a identidade cunhada na experiência que se refaz em cada professor como uma pessoa singular” (Gonçalves, 1996 apud Oliveira et al. 2006), essa não se restringe ao cotidiano do trabalho, sendo também atuante sobre outros processos de identificação e diferenciação ligados ao modelo social cultural, onde se atribui obrigações e características culturais ao papel da mulher, à visão de família, casamento, direitos de cidadania, dentro de determinadas condições, ou seja, a partir do trabalho sobre uma matriz sócio-histórica.

Cada sujeito pode ser considerado autor conforme se assume como produtor de linguagem, submetido a regras das instituições e a determinadas condições de produção (Foucault, 1997; Oliveira et al., 2004).

Sendo assim é de supra importância estabelecer relações e apontar fatos do sujeito histórico, o qual está presente e atuante no desenrolar dos avanços e processos do passado com reflexos no presente, porém com pouco reconhecimento pela sociedade nos

documentos históricos sendo negligenciada e por vezes negada a atuação de tais figuras. Aqui propomos então relatar a História da Educação do Oeste do Paraná contada pela voz de quem viveu esse momento histórico, dando credibilidade aos fatos narrados por outros e até mesmo acrescentando acontecimentos antes não apresentados.

Contextualização histórica do oeste do Paraná

A estruturação geográfica da região oeste do Paraná, localiza-se nas fronteiras do sul do País (Brasil) sendo essas com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai, sua tardia ocupação e colonização e sua posterior integração à economia nacional.

De acordo com Emer (1991) foi apenas após a implementação do Estado Novo em 1930 com posse de Getúlio Vargas e a exaltação e discurso de melhores oportunidades no Oeste do Paraná incentivando a “Marcha para o Oeste”¹ que o desenvolvimento da região foi atingida por frentes de expansão e colonização, em detrimento da expansão capitalista, e com a intensificação no pós-guerra, diferentemente do que ocorreu em regiões paranaenses próximas.

Na ocupação e colonização do Oeste do Paraná, poucos Índios eram encontrados pois viviam em pequenos grupos, espalhados nas margens dos rios ou nas clareiras da mata. Os Índios existentes no Oeste do Paraná pertenciam ao grupo cultural tupi-guarani. Deste grupo, a única tribo da região, era a guarani.

¹No Oeste do Paraná, os novos municípios que se formaram, além de permitirem certa continuidade cultural, similar à existente no local de origem, provocaram nos mesmos a existência de influxos dos padrões de consumo, das relações individualizadas e competitivas e de novos referenciais culturais e técnicos impostos pela cultura hegemônica do capitalismo transnacional (Gregory, 1994).

Os nativos viviam como semi-nômades apropriando de caça, pesca e uma primitiva agricultura. Com o cultivo do milho, mandioca, algodão, batata-doce, e fumo, assim como os produtos oriundos desse plantio ou colheita como a farinha de mandioca, apresentavam uma rudimentar tecelagem e a produção de objetos de cerâmica.

Pode-se observar que as relações do desenvolvimento de uma determinada região vincula-se, à dinâmica e organizações do capital, ou seja, necessita transformar as condições “ambientais locais”, moldando-as com o intuito de atender a seu interesse e necessidade de expansão, dado que normalmente o deslocamento de pessoas imigração ou migração dependendo de onde ocorre esse deslocamento seja interno entre pessoas que vivem em um mesmo país trocando apenas por questões financeiras ou de uma menor taxa sobre a compra de terras e de investimentos do Estado para uma área determinada, está diretamente relacionado tanto com o comportamento geral da economia quanto com o processo de inserção e unificação de mercados e da região no mercado (SANTOS apud RIPPEL 2005).

Por tanto, essa demanda de ocupação ou marcha para oeste paranaense ocorre dentro de uma lógica de mercado e de proteção das fronteiras, impedindo assim que o território nacional fosse tomado ou invadido por seus vizinhos Argentinos e Paraguaiois.

Após 1940, quatro grandes empresas se instalaram na região, a Industrial Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ, a Rio Paraná, a Pinho e Terras e a Norte do Paraná as quais obtiveram dos governos federal e estadual a autorização para a aquisição das terras ocupando, dimensionamento e posteriormente vendendo pequenos loteamentos para colonizadores migrantes, cuja grande maioria provinha do Norte e do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e das regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste do Estado de Santa Catarina (RIPPEL, 2005).

Imagem 1 – Mapa do Estado do Paraná, 1945.



Fonte: Departamento de Geografia, Terras e Colonização da Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1945.

Terminada a primeira etapa de colonização acontece reduções ou mesmo o esgotamento dos recursos naturais do extrativismo na década de 40 até fins da década de 1950, esse momento é marcado como período de transição na região, ligando as experiências de decadência e expansão da fronteira agrícola aos movimentos de capital no espaço nacional.

Com a chegada da década de 1960, ocorre na área um ínterim de ajustes nos setores produtivos agrícolas dando um pontapé em uma acelerada modernização do campo. Assim, quando se inicia a década de 1970, o Oeste do Paraná se insere de forma efetiva nos projetos nacionais de base exportadora (Idem).

É nesse contexto histórico que a alfabetizadora se desloca para a região oeste do Paraná, encontrando aqui uma inexistente conjuntura

escolar, avançando assim sua trajetória enquanto professora leiga de carreira.

A alfabetizadora Maria de Lourdes

Atina-se que a Educação é imprescindível para todos, ressalta-se que a palavra *todos* engloba nossa sociedade em sua diversidade de pessoas, costumes, crenças, etnia, gênero cultura e classe social. A alfabetizadora Maria de Lourdes, ainda em sua juventude, sem a formação adequada para o ensino da época, soube exatamente o que fazer e como fazer para que seus alunos conseguissem se apropriar do conhecimento, isto, ainda nas primícias de sua carreira.

Deve-se ressaltar, que a mesma alfabetizou as crianças do campo do mesmo modo que foi ensinada, onde seu pai, exerceu papel fundamental ao incentivá-la lhe cedendo o espaço da fazenda Santo Antônio, onde fez uma sala de aula improvisada, sem muitos recursos, com carteiras de três lugares, quatro armários, tinteiros de penas.

A professora amou e ama até hoje este nobre ofício de ser professora, afirmando: “*Meu pai me fez professora aos 15 anos de idade*”. Ela entregou sua vida à docência em uma época que professores e padres é que de fato obtinham respeito da sociedade. Deve-se ressaltar a importância em alfabetizar aquelas crianças, ler, escrever e fazer cálculos era uma tarefa vanguardista para aquela época, isto devido as grandes dificuldades para se acessar à escola, não apenas pela distância, mas também pelas condições precárias das estradas e falta de transportes. Ademais, as crianças e adolescentes ajudavam seus familiares com a lida no campo, pois viviam e dependiam do que produziam.

Além do mais, ainda quando apenas se idealizava o projeto da escola, seu pai juntamente com alguns familiares e outros pais fizeram

um levantamento na redondeza, para saber quantas crianças e jovens não sabiam ler e escrever, o resultado foi espantoso, totalizando sessenta pessoas entre crianças e jovens analfabetos, sem contabilizar os adultos. Deste modo, sua ação afirma-se como revolucionária em sua essência, de querer transformar aquela realidade, a qual parecia estar tão distante e sofrida para os jovens e crianças do local, os quais passam a se identificar com o ambiente escolar, ainda que o mesmo fosse de uma escola improvisada.

Não havia tantos meios facilitadores como se tem hoje, naquela época, a sala improvisada, se tornou pequena em pouco tempo, por isso se criaram as turmas multiseriadas. Os recursos tecnológicos eram inexistentes, como a internet, impressora e mimeógrafos e até mesmo as cartilhas que eram disponibilizadas nas escolas faltavam, seu pai, novamente, figura essencial naquele processo, o qual tentava buscar recursos junto as escolas da cidade, entretanto, faltavam cartilhas até mesmo nas escolas da área urbana.

Sendo assim, a professora Maria de Lourdes é quem fazia às avaliações, de próprio punho assim como os exercícios, passando de caderno por caderno, aluno por aluno, sempre contando com o apoio de seu pai que a aconselhava quando surgiam adversidades nas tarefas de alfabetizar. Ele a auxiliava com as crianças em seus intervalos, fazendo malabarismos de espigas de milho ou laranjas para que a educadora, assim como os alunos pudessem descansar.

Devido à ausência de recursos pedagógicos e materiais adequados para lecionar, ela usava métodos simples e funcionais ensinando os quatro tipos de 'traçado' da letra de imprensa, da letra de forma, da letra cursiva maiúscula e minúscula e para matemática usava o jogo de palitos e as sementinhas de Santa Barbara para ensinar as operações básicas como adição, subtração, divisão e multiplicação.

Utilizava-se de histórias, parlendas, piadas e jogos para ensinar e alfabetizar. Ela trabalhava de um modo que aqueles alunos que já

tinham se apropriado de determinado conteúdo, ensinavam os que ainda não tinham aprendido e nunca classificava seus alunos em atrasados ou adiantados.

A escola foi aumentando a demanda de alunos, fazendo-se necessário dividir a turmas em turnos e por idade, de acordo com a necessidade familiar de cada discente, pois como já citado anteriormente, eles também trabalhavam no campo além de estudarem e neste caso, era substancial que o estudo estivesse de acordo com a realidade da comunidade, fala da professora,

No início foi difícil a separação, pois no sítio era difícil. Então no primeiro horário era dos grandes! Assim esses terminavam e iam para casa almoçar e depois ajudar na roça... Os outros, disse meu pai ficam todos juntos! E na próxima reunião conversamos com todos.

O cotidiano aqui era parte da escola, o qual pode ser entendido como escola/trabalho, variando as atividades muitas vezes apenas por idade e sexo das crianças, a carência de livros e pouco contato com fontes de informação eram considerados pelos educadores da região urbana como alunos “atrasados” (FERRI 1994).

No entanto, a educadora garantia uma alfabetização de qualidade, garantindo a escrita, leitura e a matemática o que possibilitaria a esses alunos avançarem quando necessário fosse, o importante aqui, aponta Ferri (1994), que é o professor ter a formação geral, mais também uma consciência sociológica, onde este tem a obrigação de entender os problemas específicos da vida rural, proporcionando a criança uma educação para viver em qualquer ambiente e habilitando ela para as mudanças tecnológicas e econômicas.

Com isto, a diferença mais marcante da nossa alfabetizadora que acompanhou o máximo possível os avanços para atender da melhor forma seus alunos não negando os avanços, porém mantendo-se fiel a

sua metodologia alfabetizadora. Posteriormente, a professora Maria de Lourdes alfabetizou muitos adultos no sistema de ensino denominado EJA, os quais saíram muitos satisfeitos com os resultados, pois já em uma idade considerada fora do padrão de estudos, conseguiram aprender a ler, escrever e a dominar os conteúdos básicos matemáticos.

Sobre ela e tantas outras alfabetizadoras são depositadas as expectativas da aprendizagem desse aluno, de que ele venha a ter apreço pela leitura e escrita, que domine os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade e, além disso, tenha condições de agir na sociedade e se torne um "cidadão do mundo" (GUEDES-PINTO 2000).

Uma diferença marcante entre o professor leigo e o de formação suficiente é a peculiar formação ideológica, pois, o leigo nasceu e conviveu muitos anos na realidade rural entendendo da vivência das comunidades de colonos proporcionando a esse uma maior "facilidade" no cuidado e no trabalho pedagógico com seus alunos principalmente por se tratar de salas multiseriadas o que Brandão 1986 relata que professores formados nas cidades não foram preparados profissional ou ideologicamente, para o saber e para o interesse do trabalho pedagógico no meio rural, considerando-o um lugar de hostilidade para prática docente vivenciada no estágio obrigatório.

Início da escolarização da alfabetizadora

Uma infância marcada pelos mais variados conflitos, onde a educadora inicia sua trajetória a partir da ocupação/migração do território Oeste do Paraná, sendo por meio de uma educação oral que está desenvolve os princípios Matemáticos (soma, multiplicação, divisão) sendo parte constituinte de sua formação na linguagem oral os

contos e histórias que seu pai lhe contava. Em uma de suas falas a alfabetizadora nos conta:

O meu pai me ensinava muito, a dividir, a contar com sementes de santa barbará, até onze ele falava! Tudo isso encima de uma mesa, tanto para mim como para meus irmãos, inventava histórias que eu devia resolver com as sementinhas. Ensinava muito a somar, dividir, subtrair e multiplicar sem saber que era matemática. E não era só eu todos os menores aprendiam na oralidade.

Os alunos nessa época só frequentavam a escola com sete anos de idade, sendo assim o pai da alfabetizadora foi até a cidade para matriculá-la na escola antes mesmo dela completar os sete anos, pois ele entendia que a alfabetizadora em questão já tinha capacidade de frequentar a escola antes mesmo da idade exigida, porém foi possível apenas que ela fosse aluna ouvinte. Esta formação perpassa pelos quatro tipos de “escolarização”, “a) a educação doméstica sem instituição; b) a escola comunitária sem remuneração, ou casa-escola; c) a escola isolada (comunitária), ora com, ora sem financiamento de um órgão público, e finalmente; d) o grupo escolar público, a partir de 1973, com financiamento estadual, construção de prédio característico, união das turmas isoladas multisseriadas em turmas seriadas nos grupos escolares” (PAULA p.2 2006).

Aos 8 anos ela passa a frequentar a escola da cidade, onde saindo da educação do campo, a qual de acordo com alfabetizadora era mais animada, a professora enérgica e cobrava com mais rigor o conteúdo, sentindo muita diferença verbalizando “*não gosto desta escola, era muito triste a professora era carrancuda*”, no entanto por lá permanece até concluir o quarto ano, onde realiza a preparação de admissão para o ginásio(para frequentar o ginásio era necessário passar na prova de seleção) mas como não havia ginásio na escola do campo passou a frequentar o colégio interno na cidade de Assis São Paulo que pertencia as irmãs.

No final da década de cinquenta, a educadora muda-se para Cascavel no Paraná, e para concluir o ensino ginásial, nesse período há necessidade de pessoal habilitado para estar atuando na educação básica, onde

para habilitar as professoras formou-se, então, em 1959, em Cascavel, uma Escola Normal Ginásial Regional pública, em nível ginásial, conforme o planejamento de Erasmo Pilloto, de caráter público, e em externato. A professora em questão tentou fazer esta formação, mas por dificuldades em vencer a distância e manter a frequência não recebeu a certificação final (PAULA p.5 2006).

Em Foz de Iguaçu, os pais das crianças da comunidade inclusive os adultos buscavam reivindicar escola para Cascavel, nesse período Foz do Iguaçu também está no início de sua organização educacional, “a oferta do ensino primário era restrita, e a maioria dos professores que lecionavam nas escolas de Foz do Iguaçu em 1950 eram leigos” (SBARDELOTTO, p.16 2009).

Ao casar-se em 1966, a professora vai morar com seu esposo perto da Serraria próximo hoje à Vera Cruz ficando a 4 km da fazenda de seu pai,

o dono da Serraria não fazia escola! Não tinha lugar para colocar as crianças! Eu queria ensinar, não me conformava com aquele tanto de criança sem saber ler e me procurando. Recomecei na varanda da minha casa. Sábado e domingo. Depois fui aumentando os dias. Meu marido ficou indignado com a serraria e lá ele arrumou um salão enorme, estreito e comprido, sem uso. Na área fiz uma escola. Meu marido fez o quadro e na troca o prefeito de Matelândia, provavelmente, na época trouxe cadeiras velhas. Fizemos uma sala multisseriada. Eu ainda não tinha o certificado de professora, nem, no início, recebia salário. Mas teria apoio oficial.

Segundo o relato da alfabetizadora nos domingos de manhã era lecionando para os trabalhadores da Serraria, onde a 1ª filha da

professora permanecia junto aos alunos até sua irmã acordar, onde ambas permaneciam juntas brincando e aprendendo junto aos alunos.

Assim Rios e Vicentin (2013), mostra que a contratação de professores em caráter efetivo (o qual decorre por intermédio de aprovação ou promoção em concursos públicos) ou a título precário, as exigências para progressão na carreira (relacionados a tempo de serviço, à formação, à instituição na qual se trabalha) o que foi o caso da alfabetizadora em questão que por não apresentar grau de formação “adequada” para o presente momento das reformas educacionais as quais obrigatoriamente passam a burocratizar a educação garantindo assim diferentes níveis de remuneração.

A situação que atinge atualmente a categoria dos professores é mais complexa, envolvendo outros fatores como a conjuntura atual e os elementos tecnológicos específicos do sistema político-econômico que rege o mundo e a sociedade brasileira (GUEDES-PINTO, 2000).

Para compreendermos melhor o ambiente no qual a alfabetizadora estava inserida relataremos o contexto histórico, para assim compreender as dificuldades encontradas nas comunidades rurais da região Oeste do Paraná.

Escola-isolada

De acordo com Rippel (2005), as regiões do extremo-oeste e do sudoeste que pertence ao Estado do Paraná, foram sendo essencialmente constituída por colonos gaúchos e catarinenses, voltados à policultura e à pecuária suína, sendo essa colonização semelhante a desenvolvida na região norte do Estado, desenhando uma estrutura fundiária marcada pela presença da pequena propriedade familiar.

O conjunto de indivíduos que se deslocaram para a região Oeste era quase totalmente constituído por pessoas de descendência italiana e/ou germânica, as quais dispunham de algum recurso financeiro e de ferramentas de trabalho que garantiram suas instalações em propriedades do meio rural. E ao se instalaram na região, compactuaram na formação de pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, criação de suínos e em lavouras de subsistência (MAGALHÃES apud RIPPEL p.80 2005).

Especialmente depois de 1956, esse movimento se intensificou, de modo que a região passou a experimentar um surto de ocupação e transformação que determinou, em menos de 20 anos, o surgimento de quase 49 outros municípios.

Esse período é marcado pela necessidade que os colonos tinham de garantir a educação de seus filhos, onde encontram aqui grandes dificuldades já que as escolas se encontravam distantes de suas comunidades, sendo assim encontravam-se nessas comunidades falantes de português, e geralmente menos organizadas, as quais desproviavam de professores formados, apelando assim para os leigos.

Ao final da década de cinquenta, com a heterogeneidade dos núcleos de migrantes, esse modelo de escola colona entra em crise e dificulta o consenso sobre o professor a ser contratado.

Foi então nesse período de 1959, que mudam toda a família da alfabetizadora para a cidade de Cascavel – PR, onde a escola Eleodoro já existia e o colégio Marista já estava se organizando, assim, aos quinze anos, ao final do seu ginásio, e no ano de 1960, a professora inicia seu trabalho docente, lecionando em uma educação doméstica, em um breve período como professora de seus irmãos. No semestre seguinte as famílias dos vizinhos reúnem-se para construir uma casa-escola para onde enviam suas crianças. A casa-escola passou a funcionar em 18 dezembro 1959, de da família da alfabetizadora

aproximadamente 60 crianças de 6 a 14 anos, que não sabiam ler e escrever.

A escola era de todos, pois os colonos sentiam necessidade de ter educação para seus filhos, para tanto de 1959 a 1966 não se tinha documentação, apenas em Vera cruz existia a Escola Isolada Fazenda Santo Antônio, a qual foi visitada pela professora e pelo seu pai a fim de documentar o avanço dos alunos, onde em consenso com o professor e direção da escola aplicaram um teste para validar a documentação das crianças, tendo aprovação de todas as crianças que eram educadas pela alfabetizadora na escola-casa, passando a ser documentado. Comentário da Afalbetizadora,

Todos tinham a falta de escola, isso no final de 1959! É falta de dinheiro mesmo disse meu pai, não é falta de vontade de conseguir uma escola. Pois em Foz do Iguaçu também se faltava. Ao me chamar para conversar, meu pai relatou as indas e vindas a Foz! O qual ele tomou uma decisão. Nossa casa é grande, vou tirar as duas peças maiores e fazer uma escola, e você minha filha será a professora! Já mandei fazer as carteiras, quadro, armário... Com duas fileiras de carteiras de 3 lugares, com o corredor só no meio...

As salas na qual ocorriam as aulas ministradas por nossa educadora pesquisada, contavam com alunos de várias idades, consideradas como salas multisseriadas onde a alfabetizadora fica responsável por organizar e trabalhar os conteúdos na mesma sala de aula para as mais variadas séries, idades e nível de conhecimento simultaneamente, com um agravante não havia intervalo e muito menos férias “*Não tinha férias, tocava direto!*”.

O contato com cotidiano, para Heller apud Paula (2006), se configura como base nas relações sociais e, para tanto, elabora categorias da formação humana, sendo constituídas da ação verbal, o jogo, os afetos, o espaço e o tempo cotidiano, as disputas e as satisfações, a formação dos indivíduos começa nas esferas do mundo

cotidiano. Esse processo de formação tem início juntamente com o seu nascimento e a inserção no universo cultural humano e se perpetuando por toda a vida.

O importante aqui é o professor ter a formação geral, mais também uma consciência sociológica, onde este tem a obrigação de entender os problemas específicos da vida rural, proporcionando a criança uma educação para viver em qualquer ambiente e habilitando ela para as mudanças tecnológicas e econômicas (FERRI 1994), nossa alfabetizadora acompanhou o máximo possível os avanços para atender da melhor forma seus alunos não negando os avanços, porém mantendo-se fiel a sua metodologia alfabetizadora.

Uma diferença marcante entre a professora leiga e a de formação suficiente é a peculiar formação ideológica, pois, a leiga neste caso nasceu e conviveu muitos anos na realidade rural entendendo da vivência das comunidades de colonos proporcionando a esse uma maior “facilidade” no cuidado e no trabalho pedagógico com seus alunos principalmente por se tratar de salas multisseriadas, o que Brandão (1986), relata é que, professores formados nas cidades não foram preparados profissional ou ideologicamente, para o saber e para o interesse do trabalho pedagógico no meio rural, considerando-o um lugar de hostilidade para prática docente vivenciada no estágio obrigatório.

Em 1983, Maria de Lourdes efetiva a vinda para Cascavel, onde assume turmas na escola Tia Izailda. Em maio de 1985, presta concurso para o magistério público ao cargo de professora de 1^a a 4^a série do município, atuando de 1985 a 2005 em escolas municipais como Emilia Galafassi e Diva Vidal, unidades onde também foi diretora e supervisora pedagógica. Diante dessas considerações é importante entender que o cotidiano, o ambiente e a particularidade de cada profissional da educação influenciarão e influenciaram na formação desse sujeito ampliando suas práxis educacionais, contudo se faz

necessário compreender um pouco dessa trajetória, abordando assim no próximo tópico a construção do alfabetizador.

Tornar-se alfabetizadora

Para configurarmos um profissional de educação um alfabetizador(a), necessário se faz compreender que alfabetizar é inter-relacionar-se mutuamente, ocorrendo ao mesmo tempo em que a aquisição/apropriação da escrita consistindo em (linguagem, símbolo, signo, signo de signo, instrumento) perpassa pelas crianças em conjuntura com a aquisição/apropriação dos modos de fazer/mediar/ensinar, sendo está escrita, um objeto melhor para identificação das construções cognitivas das crianças, contemplando e somando as apropriações dos bens culturais produzidos pela humanidade (PAULA, 2006).

Há, assim, de acordo com Soares 2003, diferentes relações do ler e escrever, aquele que lê e escreve é considerado alfabetizado passando a fazer uso da leitura e da escrita, para envolver-se nas práticas sociais, diferentemente de uma pessoa que não sabe ler ou escrever considerada analfabeta, já o que vivência na condição ou estado daquele que sabe ler e escrever é a pessoa letrada. Ou seja, vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita.

Dessa forma, desenvolver na criança uma condição de alfabetizar tornando está capaz de refletir e compreender o mundo em sua totalidade é tarefa árdua, pois o sujeito passa a interagir socialmente e culturalmente, tornando-se uma pessoa letrada, deixando sua condição de analfabeta ou iletrada, tendo assim uma outra condição social e cultural, pois é o que garantirá a estas condições de sobrevivência na sociedade capitalista, a qual força a criança na busca pelo ensino formal

como mecanismo de equilíbrio social dentro de uma condição de mercado na venda de sua força de trabalho (mais especializado melhor remunerado).

E por meio das diferenças dos alunos (no campo e na cidade), não apenas geograficamente, mas também individualmente e socialmente busca equilibrar a balança de modo que permita a este propriamente mudar de nível ou de classe social, cultural, como deslocar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura, na sua relação com o(s) outro(s), dentro de seu contexto e momento histórico, pois com os bens culturais torna-se igual.

A permanência no exercício do Magistério tem a intenção de construir um trabalho de qualidade constituindo-se realmente em um campo de desafios, para qualquer profissional, de qualquer sexo. Essa meta mostra-se difícil de cumprir, revelando-se penosa ao ser executada em todas as escolas do Brasil, e com muito mais dificuldades naquelas marginalizadas pelo poder público. Mas não é por isso que a tarefa se torna impossível de se realizar (GUEDES-PINTO, 2000).

O trabalho da alfabetização seja ela exercida pelo professor leigo ou não precisa perpassar como relata nossa entrevistada pela alegria de ensinar “*eu motivei como fizeram comigo lá trás... Ensina com alegria, com motivação! Eu tinha um prazer de ensinar*” a realização profissional, segundo Cunha apud Antunes (2007), passa também por melhores condições de trabalho, valorização profissional e pelo desejo de exercer a profissão.

É notória a satisfação da alfabetizadora quando está destaca o prazer de estar próxima aos alunos e sua preocupação constante de repensar a sua prática docente e sua forma de ensinar e aprender, já que mesmo com exigências de utilização de métodos como Erasm Piloto no qual a educadora fraudava os livros de registros e atuava dentro das exigências quando o fiscal entrava em sala para fiscalizar se o método estava ou não sendo aplicado

Esse método foi uma tortura... Eram 19 fichas, seguindo exatamente o que as fichas diziam... Sempre uma repetição e perdíamos muito tempo... Minha preocupação começou a aumentar, pois meus alunos não estavam apreendendo nada... Todos estavam preocupados mais ninguém fazia nada... Uma colega minha perguntou o que eu achava do método? As crianças não apreender é nada! As crianças precisam das letras do alfabeto, das sílabas dos sons da leitura das mesmas... Todos os dias a supervisora ficava me observando eu e a todos os meus colegas... Eu tenho dois diários um eu sigo todo o Erasmão Piloto, dividindo o quadro em duas partes, tudo escrito como o método indicava e lá eu trabalho na oralidade... Como minha sala é a primeira a supervisora passava primeiro na minha sala e quando ela saía voltava a trabalhar no alfabeto...

Nesse contexto, romper com o que está instituído, conforme estudos de Castoriadis apud Antunes (2007), colabora para a criação de novos sentidos – no caso em questão, sobre os processos de ensinar a ler e a escrever.

Em entrevista à Revista Mundo Escola da editora FTD a Alfabetizadora Magna Becker Soares comenta que ao “invés de debater sobre a superioridade de um ou outro método de Alfabetização, deve-se atentar para o sujeito da aprendizagem, buscando a combinação de abordagens”.

Como colocado por Vygotsky apud Paula (2006), “que uma pessoa é um indivíduo social, real e concreto, cuja singularidade constitui-se enquanto membro de um grupo sociocultural específico”.

O que Guedes-Pinto (2000), coloca que “mesmo tendo esse pano de fundo que se apresenta desfavorável, a professora-alfabetizadora ainda assim recebe a incumbência de ser a profissional que irá ensinar as crianças a ler e escrever e consegue fazê-lo”.

Ao percorrer a história da educação brasileira notamos a gradual perda de autonomia dos professores dentro de sala de aula de todo o território brasileiro, seja no período pós ou pré-ditatorial como na

estabelecida democracia após o golpe de 1964, onde se impõem ao professor maneira de lidar com o ensino de suas crianças, não levando em conta as características individuais e geográficas, impedindo como consta na nova LEI N.º 867, DE 2015 proposta por Sr. Izalci (“Escola sem Partido”) que Althusser nos diz que a escola é aparelho ideológico do Estado para tanto o Estado impõem o que deve ser dito, feito e mostrado em sala de aula, o que impossibilita ao professor realizar discussões referentes a correntes filosóficas, políticas e religiosas afim de demonstrar as contradições presentes no mundo social, como Guedes-Pinto (2000), relatou “o docente está também vivendo um processo de perda da sua autonomia de trabalho, seja por não ter sido solicitado para definir o currículo escolar, seja porque o marketing das editoras acaba impondo os livros didáticos como instrumento de trabalho”.

A alfabetizadora naquele momento tinha total autonomia e consciência da importância da educação para aquelas crianças “*não precisava prestar conta para ninguém... só para os pais! Esses sabiam que eles estavam apreendendo*”.

Considerações finais

A alfabetizadora Maria de Lourdes é um ícone no que se refere à alfabetização na região do oeste do Paraná, pois além de realizar inúmeras ações consideradas a frente seu tempo, sendo ela uma professora leiga, alfabetizou as crianças de forma imensurável. Seus métodos eram variados, mas seus recursos limitados. Sabe-se que o processo de alfabetização é muito pesquisado devido as suas múltiplas facetas.

Muito se tem questionado acerca de qual seria a forma mais adequada de ensinar a ler e a escrever, no entanto, a professora soube

muito bem desenvolver em sua profissão sem tais pesquisas, baseando-se apenas em sua professora alfabetizadora, o que nos induz a refletir sobre as ações e teorias que norteiam o processo de ensino alfabetizador.

A professora desenvolveu juntamente com seus familiares um conjunto de habilidades que muito foi questionado diante das escolas que já eram institucionalizadas oficialmente. Sua infância já marcada pelas dificuldades de estudar fez com que suas metodologias fossem incentivadores para suas crianças e o ser leiga a tornou excepcional, os resultados obtidos só a encorajou a continuar com seu trabalho, sabendo das dificuldades, defasagens e desvalorização dos gestores do sistema de ensino. Percebe-se que quando se executa a profissão que proporciona prazer e alegria, se enfrenta os pormenores que vão aparecendo durante os anos trabalhados a qual soube lidar com os problemas, realizando um trabalho primoroso.

* * *

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros Castro, 2ª Edição, Biblioteca de ciências Sociais Vol. N.º 25.

ANTUNES, Helenise Sangoi. **Relatos autobiográficos: uma possibilidade para refletir sobre as lembranças escolares das alfabetizadoras**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) [educação v. 32, n. 1, jan. jun. 2007](#).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **OS PROFESSORES LEIGOS**. Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986.

CORRÊA, Rosa Lyda Teixeira; BANDEIRA, Laís. **A ESCOLA PRIMÁRIA NO PARANÁ (1940-1970): ASPECTOS SOBRE**

SER PROFESSORA NA ZONA RURAL. EDUCERE, XIII

Congresso Nacional de Educação.

EMER, Ivo Oss. **DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO OESTE DO PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA.** Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação. A Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Administração de Sistemas Educacionais

1991.

FERRI, Cassia. **Classes multisseriadas: que espaço é esse?.**

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 1994. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76081>.

GREGORY, V. **Estruturas Agrárias e Migrações:** colonização do oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 1994. (Projeto de Pesquisa).

Guedes-Pinto, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática**

constitutiva de sua identidade e formação profissionais. [IEL - Tese e Dissertação](#), UNICAMP 2000.

MARQUES, Tatyane Gomes; SANTOS, Deusliana Pereira Silva;

PEREIRA, Eunice Da Rocha; SILVA, Marieuda Cardoso Guimarães.

Práticas docentes de professoras leigas em escolas no campo: uma análise das histórias de vida. cadernos Cenpec. São Paulo - v.6 n.1. p.96-119. jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; SILVA, Ana Paula Soares;

FERNANDA Moreno Cardoso; AUGUSTO, Silvana De Oliveira.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE: RELATOS DE EDUCADORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 547-571, set./dez. 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade.** Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão Dea Ribeiro Fenelon. Projeto História, São Paulo, PUC - 14 fev. 1997.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no**

Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000. [IFCH - Tese e Dissertação](#), 2005.

Revista Mundo Escolar. Ano 1 n.º2, FTD Maio de 2017.
RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco; VICENTINI, Paula Perin.
Docência e profissionalização: experiências de professores leigos na roça. Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada - FE/EDM, Livros e Capítulos de Livros - FE/EDM. Universidade de São Paulo Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDP 2013.
RAMALHO, Maria Nailde Martins e SILVA, Márcio Antônio Silva. **A CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOS PROFESSORES EM TURMAS MULTISSERIADAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**
SOARES, Magda. "**Letramento.**" Diário do Grande ABC 29 (2003).
VARGAS, Sonia Maria De. **Processos de formação e aprendizagem no meio rural: o continuum família-escola.** Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2003.

Recebido em 14 de abril de 2020.
Aprovado em 14 de junho de 2020.